

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 475.984 - RR (2018/0283202-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**REQUERENTE** : **YURI REZENDE DE MACEDO E OUTROS**  
**ADVOGADOS** : **MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - DF012330**  
**FABIO FERREIRA AZEVEDO - DF030568**  
**LARYSSA BRITO MOREIRA - DF043787**  
**EDUARDO XAVIER LEMOS E OUTRO(S) - DF053049**  
**YURI REZENDE DE MACEDO - DF057868**  
**REQUERIDO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**  
**PACIENTE** : **NEUDO RIBEIRO CAMPOS (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de reconsideração formulado em benefício de NEUDO RIBEIRO CAMPOS no qual sustenta o requerente a ocorrência de fato superveniente a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Por meio da decisão proferida às e-STJ fls. 1.539/1.542, indeferi a liminar anteriormente pleiteada mediante os seguintes termos:

*Trata-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado em favor de NEUDO RIBEIRO CAMPOS, no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima no julgamento do Agravo em Execução n. 9000688-60.018.8.23.0000.*

*Depreende-se dos autos que o Juízo da Execução, ao unificar as penas provisórias fixadas nas Ações Penais n. 2004.42.00.000181-3, 2005.42.00.002531-2 e 2006.42.00.001983-3, declarou a incompetência do Juízo da execução para apreciar o pedido do agravante para que fosse reconhecida a litispendência entre as referidas ações ou, subsidiariamente, aplicada a regra da continuidade delitiva em relação às reprimendas impostas. Fundamentou o Magistrado de piso sua decisão no fato de que essas matérias não poderiam ser analisadas em execução provisória, sob pena de invasão da competência dos órgãos jurisdicionais de conhecimento, cabendo à defesa suscitá-las por meio de recurso próprio ou pelas “vias impugnativas autônomas”.*

*Irresignada, a defesa impetrou habeas corpus perante o Tribunal de Justiça estadual buscando o reconhecimento da competência do Juízo da execução para apreciar o pedido de litispendência e/ou continuidade delitiva. Alegou, para tanto, que o entendimento do Juízo da execução é equivocado, pois o art. 82 do CPP, c/c o art. 66, III, a, da LEP confere a esse a competência para “decidir sobre todo e qualquer incidente da execução, ainda que provisória”. Acrescentou que as condenações nas três ações penais supramencionadas decorreram de crimes praticados em contexto fático único, qual seja, em face do suposto esquema delituoso conhecido como Escândalo dos Gafanhotos, e que, por isso, o ora*

*recorrente tem direito aos benefícios pleiteados.*

*Contudo, em sessão de julgamento realizada no dia 25 de setembro de 2018, a Câmara Criminal, por maioria, negou provimento ao agravo, em acórdão ementado nos seguintes termos (e-STJ fls. 1.442/1.443):*

**AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL – PECULATO – EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE ACÓRDÃOS CONDENATÓRIOS – PLEITO DE RECONHECIMENTO DA LITISPENDÊNCIA ENTRE AS AÇÕES PENAIS OU DE APLICAÇÃO DA REGRA DA CONTINUIDADE DELITIVA EM RELAÇÃO ÀS PENAS IMPOSTAS – INVIABILIDADE – NECESSIDADE DO TRÂNSITO EM JULGADO DOS DECRETOS CONDENATÓRIOS, SOB PENA DE INDEVIDA INTROMISSÃO EM TEMA PENDENTE DE EXAME PELO JUÍZO DE CONHECIMENTO – RECURSO DESPROVIDO.**

*1. A competência do juízo da execução para reconhecer a litispendência entre ações penais, ou a unificação das penas pela continuidade delitiva em crimes apurados em processos distintos, inaugura-se somente após o trânsito em julgado dos respectivos decretos condenatórios, momento em que se esgota a jurisdição do juízo de conhecimento, pois é perfeitamente possível a alteração dos títulos executivos. Inteligência do art. 82, 2.ª parte, do CPP, c/c o art. 66, III, “a”, da LEP.*

*2. O reconhecimento da litispendência ou da continuidade delitiva pelo juízo da execução, em crimes que são objeto de processos em curso, configuraria indevida intromissão em tema pendente de exame pelo juízo de conhecimento, no caso, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, em face da interposição de recursos especial e extraordinário pela defesa.*

*3. Agravo desprovido.*

*No presente writ, a defesa reitera os argumentos lançados na impetração anterior e requer, liminarmente e no mérito, "seja determinado ao Juízo da Vara de Execuções Penais de Boa Vista/RR que, nos autos da execução penal nº 010014-41.2016.8.23.0010 (0010.16.010014-4), mantenha exclusivamente a execução da reprimenda concernente ao processo nº 2004.42.00.000181-3, ação penal mais antiga, critério que, neste momento, ora se adota por ser mais objetivo, seja por força do reconhecimento da litispendência, que conduzirá à extinção das ações penais nº 2006.42.00.001983-3 e nº 2005.42.00.002531-2, seja por força do reconhecimento da continuidade delitiva" (e-STJ fl. 56).*

*Subsidiariamente, postula, em menor extensão, seja concedida a ordem "para determinar ao Juízo da Vara de Execuções Penais de Boa Vista/RR que aprecie os pedidos de reconhecimento de litispendência ou de continuidade delitiva formulados pelo paciente nos autos da execução penal nº 010014-41.2016.8.23.0010 (0010.16.010014-4), considerada a inequívoca competência daquele juízo para tanto" (e-STJ fl. 56).*

*Requer, ainda, caso seja mantido o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça estadual, "a concessão da ordem de habeas corpus para que toda a matéria referente à unificação seja remetida para o trânsito em julgado, a fim de que seja executada apenas a ação penal*

*nº 2004.42.00.000181-3, ação penal mais antiga, sobrestando-se as ações penais nº 2006.42.00.001983-3 e nº 2005.42.00.002531-2" (e-STJ fl. 56).*

*É, em síntese, o relatório.*

*A liminar em habeas corpus, bem como em recurso ordinário em habeas corpus, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.*

*Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.*

*Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.*

*Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste writ.*

*Ante o exposto, indefiro a liminar.*

Neste pedido, aduz a defesa que o paciente cumpria pena em prisão domiciliar desde 6/9/2016, mas que o Juízo de primeira instância, em 31/1/2019, indeferiu o pedido de prorrogação da prisão domiciliar, determinando o retorno do paciente ao regime fechado em 72 horas (e-STJ fl. 4.317).

Sustenta, assim, que "faz-se necessária a reapreciação da liminar, vez que, como dito, a tese principal do presente habeas corpus é a necessidade de unificação, com base na litispendência ou na continuidade delitiva, das penas que estão sendo cumpridas provisoriamente pelo paciente nos autos 010014-41.2016.8.23.0010 (0010.16.010014-4), o que levará à constatação inequívoca do direito à progressão de regime" (e-STJ fl. 4.317).

Requer, assim, a reconsideração da decisão proferida às e-STJ fls. 1.539/1.542, para determinar, pelo menos, que o Juízo da Vara de Execuções Penais de Boa Vista (RR) aprecie a possibilidade de unificação das penas com base na litispendência ou com base na continuidade delitiva.

É o relatório.

Decido.

A despeito do esforço da diligente defesa, não há como acolher o

pedido de urgência. Isso porque não vislumbro, com a clareza necessária para o acolhimento do pleito emergencial, a plausibilidade do direito vindicado, tendo em vista que não ficou evidenciado, em análise perfunctória, o constrangimento ilegal.

Não se pode olvidar que o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, qual seja, a definição da competência do Juízo das Execuções, na espécie, para a análise do pedido de reconhecimento de litispendência ou continuidade delitiva das execuções decorrentes das Ações Penais n. 2004.42.00.000181-3, 2005.42.00.002531-2 e 2006.42.00.001983-3, de maneira que se revela imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, a fim de verificar o alegado constrangimento ilegal suportado pelo paciente, o que será realizado oportunamente.

Deve-se ressaltar, ainda, que o fato novo surgido no bojo da execução do paciente foi a decisão do Juízo de origem que revogou seu benefício de prisão domiciliar em razão de constatação, por junta médica, do restabelecimento de sua saúde, cuja condição não mais indicaria necessidade de tratamento domiciliar (e-STJ fl. 4.320). Trata-se, portanto, de decisão que altera a situação prisional do paciente, mas que não possui relação direta com o objeto do presente *writ*, tendo em vista que, como pontuou a defesa, apenas o acolhimento do pedido deduzido neste *habeas corpus* poderia levar à conclusão, em tese, de que o paciente possuiria direito à progressão de regime.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de reconsideração.**

Após o parecer do Ministério Público Federal, retornem os autos conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator